

## RELATÓRIO AUDIÊNCIA PÚBLICA FERRY BOAT

ASSESSORIA DAS COMISSÕES
Recebido em: 01/09/25

ASSESSOR(A) DAS COMISSÕES

No dia 27 de agosto de 2025, realizamos na Câmara de Vereadores de Itajaí uma audiência pública para discutir a prestação dos serviços do Ferry Boat. A condução dos trabalhos ficou com o vereador Fernando Pegorini, que abriu a sessão cumprimentando as autoridades e o público e fazendo uma breve introdução do tema. Estiveram presentes o vereador Sandro Serpa (coautor do requerimento), o vice-prefeito Rubens Angioletti, Ivan Amaral (secretário-adjunto da Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias), Marcel Streciwilk (gerente de transportes aquaviários da mesma secretaria), Murilo José da Conceição (representante da NGI Sul), João Paulo Kowalsky (secretário municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação), Márcio Dornelles Dias (procurador-geral do Município), Leandro Fabrício Ferreira (coordenador da CODETRAN), Luiz Carlos Martins da Silva (representante da UNIVALI) e Thaisa Nascimento Correa (presidente da Associação Empresarial de Itajaí).

Abrindo as falas técnicas, Ivan Amaral fez um resgate de sua experiência com o equipamento, lembrando que foi engenheiro responsável pelo projeto de alargamento do canal. Comentou que, por um período, o tema Ferry Boat havia migrado para a área de infraestrutura e acabou ficando em segundo plano. Com orientação direta do Governador, a sua secretaria voltou a tratar do assunto. Segundo ele, já foram feitas várias exigências à NGI Sul e, agora que o tema está regulamentado, haverá penalidades em caso de descumprimento. Olhando para frente, adiantou que será exigida a construção de mais uma rampa de acesso.

Na sequência, o vereador Sandro Serpa relatou as demandas que chegam ao seu gabinete, com foco no atendimento às pessoas com deficiência visual. Mostrou imagens de constrangimentos enfrentados por esses usuários e criticou a burocracia para a travessia: mesmo portando



documento que comprova a deficiência, a falta de uma carteira específica tem barrado o acesso. Ele também apontou a dificuldade para comprar bilhetes físicos, por causa da precariedade do atendimento, e mencionou o problema de carros de aplicativo parando na pista, o que trava o trânsito.

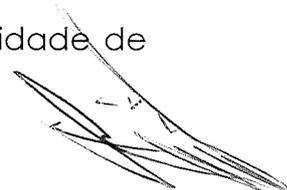
O vice-prefeito Rubens Angioletti informou que o prefeito Robison Coelho estava em Brasília em tratativas com a ANTT sobre melhorias na BR-101, o que pode ajudar indiretamente o fluxo do Ferry. Destacou também medidas paliativas de alteração de trânsito naquele trecho e reconheceu que a conurbação entre as cidades agrava o uso nos horários de pico.

Marcel Streciwilk explicou que a secretaria assumiu a pauta recentemente, mas que já vem cobrando providências da empresa e tentando acelerar melhorias no serviço. Em seguida, João Paulo Kowalsky reforçou que o Ferry Boat é um serviço essencial, lembrou o crescimento populacional acelerado nas duas cidades e disse que a Prefeitura tem adotado medidas, inclusive em conjunto com outras secretarias.

Leandro Ferreira, da CODETRAN, focou nos impactos no trânsito e nas ações para dar fluidez ao fluxo, como presença mais constante da Guarda Municipal e organização logística do espaço. Observou que, muitas vezes, a logística ruim pesa mais do que a quantidade de carros.

O procurador-geral Márcio Dornelles Dias pontuou que a gestão do contrato é estadual e que o Município atua como parceiro no uso dos serviços. Com um olhar de advogado urbanista, disse considerar ruim a localização do Ferry no Centro e defendeu que, ali, a travessia fosse apenas para pedestres e ciclistas, com os automóveis direcionados para outro ponto. Acredita que haverá avanços nesse sentido.

Luiz Carlos Martins da Silva, da UNIVALI, comentou as dificuldades que a instituição enfrenta no relacionamento com a concessionária. Elogiou as falas anteriores e percebeu avanços no debate, com possibilidade de



melhorias que beneficiem a comunidade acadêmica, que utiliza bastante o serviço. Já Thaisa Nascimento Correa trouxe números não oficiais de usuários e outras informações, deixando claro que não eram dados científicos por falta de fonte. Concordou com a preocupação do secretário João Paulo sobre a ausência de planejamento no passado, que hoje cobra seu preço.

Falando pela NGI, Murilo José da Conceição informou que a operação diária conta com seis embarcações, com redução do fluxo a partir das 22h, e apresentou os horários do serviço. Disse que a empresa é favorável à modernização do contrato. Segundo ele, a principal queixa da população são as filas; o grande vilão, porém, é o travamento da BR-101. Também expôs as tarifas, a defasagem dos valores (intensificada após a pandemia) e o impacto dos benefícios sociais nos resultados da empresa. Pediu ainda que Navegantes implante a segunda rampa, o que ajudaria a reduzir as filas.

Na participação do público, Tiago, autista nível 1, perguntou sobre a gratuidade ao apresentar sua carteira. Foi informado que o direito está previsto em lei e que não haverá impedimento; a gratuidade, entretanto, é do beneficiário laudado e só se aplica se ele estiver no veículo. A expectativa é de que a bilhetagem eletrônica traga mais clareza para esse tipo de situação.

Charles, da ADVIR, questionou a NGI sobre dificuldades de acesso e mau atendimento. A empresa perguntou se ele tem cadastro biométrico e afirmou aceitar a carteira estadual de deficiência. O funcionário João, da NGI, se comprometeu a procurá-lo ao final para dar encaminhamento.

Ana Lúcia, moradora de Navegantes, disse que o tempo seria curto para tantas reclamações e descreveu uma situação pior por lá do que em Itajaí. Criticou a compra de passes e o pagamento via Pix, que demora a compensar. A resposta foi que cada cidade deve cuidar da sua



organização urbana e que a empresa já previa problemas com o Pix, razão pela qual sempre foi cautelosa na implantação. Em tréplica, ela reclamou do uso de cigarros nas embarcações; a NGI afirmou que não tem como fiscalizar tudo e relatou que quatro funcionários já foram agredidos ao pedir que usuários não fumassem.

O ex-vereador Marcelo Werner focou nas pessoas com deficiência e afirmou que o Ferry tem constrangido esses usuários. Murilo disse ter tomado conhecimento do caso há pouco e prometeu levar o tema para solução. Flávia apresentou duas questões: suposta redução no tamanho das balsas e a humilhação para obter o passe livre, dada a demora no atendimento. A resposta foi que a distribuição do passe livre é responsabilidade do Estado de Santa Catarina e que o secretário estadual prometeu melhorias. Quanto às balsas, não houve diminuição de tamanho; em algumas, o espaço para carros foi, inclusive, ampliado.

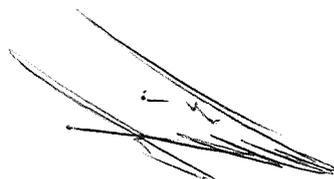
Claudio, da APDEFI, voltou ao problema da aceitação do passe livre, da demora para emissão do documento e das dificuldades de acessibilidade. A NGI esclareceu que não pode emitir as carteiras. Vilson Soares reclamou da mudança de sentido nas ruas Kurt Hering e Blumenau por causa da balsa. João Paulo informou que a situação está mapeada e que soluções estão sendo estudadas.

Por fim, Rinaldo Araujo, da FACISC, disse que liberar todos os PCDs gerou prejuízos no acesso ao Ferry e aumento de trânsito, e apontou banalização das credenciais. A NGI concordou com o diagnóstico: a fila preferencial tem criado problemas sérios, inclusive brigas, e a empresa aguarda soluções do Estado, por ser de sua alçada.

Encaminhando para o encerramento, os integrantes da mesa agradeceram a oportunidade de participar do debate. O vereador Fernando Pegorini fechou os trabalhos com os seguintes encaminhamentos: cuidar do piso tátil e da acessibilidade em geral; aprimorar o cadastramento de pessoas com deficiência e o atendimento



a públicos vulneráveis, com possível treinamento das equipes; resolver o ponto de parada dos carros de aplicativo; melhorar a venda de bilhetes para pedestres; reforço da atenção da CODETRAN com o trânsito e rondas intensivas nos horários de pico; implantação de uma terceira rampa em Itajaí e tratativas com a Prefeitura de Navegantes para viabilizar a segunda rampa por lá; atenção à fila de prioritários e aos casos de gratuidades indevidas; fiscalização do cumprimento da lei que proíbe fumar durante o transporte; e, por fim, medidas específicas para o trânsito na região da balsa no bairro Barra do Rio.



**Fernando Pegorini**

Vereador